

BRAZIL ON THE MARCH

"Um estudo de Cooperação Internacional" — (Mc. Graw Hill Book Co — Nova York — 1944)
Publicação de MORRIS L. COOKE, chefe da *Missão Técnica Americana do Brasil*.

O trabalho consiste em comentários sobre os relatórios apresentados a respeito dos pontos visados em 1942 pela referida Missão: substituição de produtos importados por produtos locais, conversão das indústrias consumidoras de matérias primas importadas em indústrias alimentadas por matérias primas locais, melhoramentos possíveis nos transportes e, por fim, estabelecimento da economia industrial brasileira sobre bases mais sólidas e duradouras.

O I capítulo do livro é intitulado "Nosso Bom Vizinho, o Brasil" É uma interessante exposição da nossa situação geral, encarada sob o ponto de vista norte-americano

Pensa o autor que a história econômica do Brasil consiste essencialmente de encilhamentos, de "booms" financeiros sucessivos determinados pela exploração bem sucedida de uma certa matéria prima que obteve temporariamente, no decorrer dos tempos um monopólio nos mercados mundiais de sua época: foram sucessivamente o açúcar, o ouro, o diamante, a borracha, o café. A primeira guerra mundial, restringindo as importações, favoreceu a industrialização do Brasil Mas as condições das indústrias criadas deste modo foram desfavoráveis, num meio essencialmente agrícola e mal aparelhado.

O autor julga que entre as primeiras necessidades que sentem o Brasil devem ser mencionadas o melhoramento do padrão de vida, a redução dos preços de custo e o incremento da produção. Enquanto a produção individual for restrita, as oportunidades de melhorar são poucas e os proveitos são limitados O que precisa o Brasil, atualmente, é ter uma produção regular, estável, equilibrada, racionalmente distribuída que influa progressivamente sobre o padrão de vida

A solução do problema brasileiro requer toda a técnica moderna. Há indústrias-chaves que, numa industrialização, ocupam posições estratégicas e que ainda faltam ao Brasil. A indústria têxtil, a mais importante do país, oferece salários baixos e, por isso, não requer máquinas mais aperfeiçoadas, utiliza em geral, máquinas adquiridas de segunda mão. Depois da guerra atual, isto ainda se dará, se o caso não for devidamente levado em consideração.

Num país de população disseminada, o sistema de transportes é inadequado; também são prejudiciais certas restrições de importação de capitais e de mão de obra técnica.

É o salário baixo principalmente que restringe a produtividade e dispensa de procurar a redução do custo da produção que fica, deste modo, sob a perpétua ameaça da concorrência estrangeira.

Atualmente os problemas resultantes do estado da guerra se superpõe às demais considerações. Algumas exportações brasileiras estão em pleno encilhamento. As dificuldades das comunicações internas que sofrem restrições contribuem à subida dos preços nos mercados locais. De outro lado, também o Banco do Brasil tem aumentado a circulação interna do dinheiro, comprando dos exportadores os saldos que possuem no exterior.

As dificuldades presentes e os sacrifícios feitos, talvez venham a resultar em maior expansão exterior, auto-suficiência e uma posição industrial mais forte no após-guerra.

Um fato porém deve ser lembrado: o tipo tradicional de comércio do século XIX desapareceu Acabou-se a economia baseada sobre o princípio da importação de matérias primas, provenientes de regiões afastadas, que grandes centros organizados recebiam para alimentar as suas manufaturas e, em seguida, exportá-las em produtos industriais acabados para todos os cantos da Terra, inclusive para os povos mais atrasados que haviam fornecido as matérias primas. A tecnologia e a eletricidade mudaram o processo. "O Brasil precisa visar estabelecer as suas indústrias economicamente e tanto quanto possível, na proximidade imediata dos centros da produção de suas matérias primas". Não se trata mais de economia insulada na sua auto-suficiência, nem de teorias a respeito de "superioridade industrial", dominadora dos mercados de outras raças.

Há certos pontos fracos e alguma falta de madureza na estrutura industrial do Brasil que depende ainda muito de petróleo, de carvão, de maquinismos e de material trazido por mar. São estas limitações que se fazem sentir hoje e que comprometem a produção industrial. Outros pontos fracos são as estradas, as ferrovias, a capacidade limitada dos geradores de eletricidade nos estabelecimentos industriais; a produtividade é geralmente baixa por falta de peritos e técnicos especializados.

Aos Estados- Unidos não convém ser simples importadores de matérias primas do Brasil; estão, pelo contrário, interessados em aumentar a capacidade produtora do país, em levantar o seu padrão de vida, em desenvolver o seu poder aquisitivo, para criar novas necessidades, determinar novos pedidos e motivar novos pagamentos. Isso tornará o Brasil maior consumidor de produtos estrangeiros que não está em condições de encontrar nos mercados locais. Evidentemente isso necessitará reajustamentos na natureza das importações; outras mercadorias serão requeridas. No final das contas, porém, os fabricantes norte-americanos ainda sairão ganhando com a mudança e seus proveitos serão grandes.

Há uma "esplêndida diversidade" de recursos do Brasil, mas é preciso saber aproveitá-los para torná-los riquezas. Os "nossos filósofos do negócio" sabem quanto é importante para isso o técnico. Os Estados- Unidos podem auxiliar, mas esta cooperação não significa que qualquer dos dois queira dominar economicamente o outro: as conveniências de ambos devem ser levadas em consideração. A técnica norte-americana deve "assistir" o desenvolvimento dos planos brasileiros, pois não cabe aos americanos traçar estes planos.

Sob o ponto de vista cultural, só poderão lucrar as duas nações e a significação que hoje tem, nas nossas relações, as duas palavras *Natal* e *Dakar* revelam, no seu sentido militar, a dependência recíproca em que nos encontramos.

O II capítulo do livro, intitulado "A Terra chamada Brasil" é uma rápida descrição geográfica das feições que uma vista de avião pode dar a quem percorreu de norte a sul, pelo interior amazônico a "região até hoje protegida contra a intervenção de seres humanos".

O III capítulo é intitulado: "O Quadro Econômico". É a interessante interpretação que um economista americano, CORWIN EDWARDS, apresenta da nossa estrutura econômica. Na sua opinião, o Brasil é um dos países menos auto-suficientes do mundo porque, apesar de seus recursos, só saiu recentemente de uma economia baseada no intercâmbio de matérias primas tropicais por produtos manufaturados. Estuda o autor as condições de um país cujas 3/4 partes estão ainda despovoadas e as dificuldades de colonização. "Mas estas regiões, diz êle, representam na economia brasileira, grandes possibilidades", em razão de suas riquezas, agrícolas, florestais e minerais.

Este estudo do Brasil, visto por um estrangeiro, contrasta o Norte, ainda subordinado aos portos de mar, antiquado, tradicionalista e tropical e o Sul, onde a agricultura, a indústria, a mineração e o comércio vicejaram, lado a lado, em proporções apreciáveis, ligado intimamente pelo intercâmbio local, às diferentes partes de uma mesma comunidade econômica.

Fazendo uma alusão histórica à obra dos jesuítas em São-Paulo, atribui-lhes a criação de estabelecimentos sedentários de homens livres em pequenas propriedades, ou pelo menos, de uma classe média que não teve oportunidade de enriquecer pelo trabalho servil, mas pelo seu próprio esforço. Atribui também à mão de obra assalariada o primeiro estímulo dado à indústria no Brasil.

No período de 1920 a 1930, entre as duas guerras, a indústria foi favorecida pela queda do câmbio e pela prosperidade do café. São-Paulo cuja indústria representava 17% da produção manufaturada, em 1920, representava 32% em 1930 e em 1938, nada menos de 43%. De tal modo foi rápido o desenvolvimento que de país agrícola, o Brasil passou a ser industrial, valendo a sua produção agrícola apenas 44% da produção total. Entretanto, estes fatos não devem fazer esquecer que o Brasil ainda está na fase incipiente do seu desenvolvimento industrial.

Uma observação sobre a qual insiste o autor é a seguinte: "O sistema industrial de hoje ainda é das pequenas empresas sob a administração pessoal de um proprietário individual. "Em São-Paulo só 29% das empresas contam mais de 12 operários. Devido a seu tamanho restrito, as empresas industriais do Brasil raramente se apresentam sob forma corporativa de companhias; são geralmente empresas de família, com ações retidas pelos proprietários que gerem o negócio. Em 1941, na bolsa do Rio, só eram cotadas 221 empresas. Uma das explicações deste fato é a dificuldade de levantar capitais para a indústria num meio em que as fortunas ainda estão ligadas por tradição à agricultura e ao comércio com o exterior. Não há um aparelho que congregue os recursos da pequena economia e os coloque à disposição da indústria. As empresas que requerem grandes capitais recorrem freqüentemente à economia estrangeira. Mas a tendência atual do Brasil é de limitar muito o campo de operação dos capitais estrangeiros no país. A este respeito, enumera, o autor todas as restrições legais impostas à atividade estrangeira no país, restrições estas que têm levado ultimamente o Estado brasileiro a entrar no mercado, financiando empresas julgadas úteis, em virtude da lei de janeiro 1943.

A propósito das associações comerciais, o autor lembra o tipo tradicional português que servira de padrão às associações brasileiras, principalmente dedicadas ao comércio exterior. Cita a Associação Comercial do Rio-de-Janeiro, que data de 1834, e descreve seu funcionamento.

Quanto aos sindicatos, salienta as peculiaridades que oferecem entre nós e a fiscalização do Estado à qual são sujeitos.

As informações estatísticas recolhidas pelo economista americano relativas aos últimos anos, revelam as influências desfavoráveis exercidas pela guerra sobre o nosso comércio exterior e nossas relações com os Estados Unidos Melhorou a situação em 1943 e as probabilidades de após-guerra são mais animadoras.

O IV capítulo, intitulado: "O Ativo. Mão-de-obra do Brasil" constitui um exame crítico do trabalhador em nosso país. O autor começa por colhêr nas palavras pronunciadas em diferentes ocasiões pelo Presidente da República, as referências ao que chama os "quatro pilares" da política social do atual chefe da Nação.

Em primeiro lugar, define a segurança social do trabalhador; em segundo lugar, a justiça social que anula a possibilidade de lutas de classes; em terceiro lugar, a campanha em prol de uma alimentação racional e sadia; por fim, a educação, principalmente profissional e técnica. A isso acrescenta referências ao salário mínimo e à luta contra o mocambo.

O observador americano passa, em seguida, a colhêr nas publicações brasileiras, tôdas as críticas autorizadas feitas às condições de saúde, de alimentação e de vida, citando JOÃO PINHEIRO, AFRÂNIO PEIXOTO, JOSUÉ DE CASTRO, MIGUEL PEREIRA, ISAÍAS ALVES e revela um certo pessimismo que prevalece nos autores brasileiros que se ocupam do assunto. O autor não partilha dêste pessimismo e cita dois incidentes em que, pessoalmente, observou vigor e iniciativa na mão de obra brasileira. Não contente, porém, com estas observações, resolveu recolher opiniões de chefes de indústrias estrangeiras que lidam com operários nacionais. Recusa-se a atribuir o atraso industrial ao "conservantismo teimoso" das classes operárias, de mentalidade semi-colonial ou à pressão dos interesses estrangeiros", aceita porém os fatores sub-nutrição, malária, verminose e analfabetismo que apresentam os autores brasileiros. Acredita também que o atraso é devido à privação de uma "herança tecnológica" européia ou norte-americana.

Baseou seu inquérito sobre duas perguntas: uma a respeito da capacidade do operário brasileiro de enfrentar o trabalho organizado cientificamente na indústria moderna e uma a respeito da ação do Governo no sentido de aparelhá-lo para isso.

Na Bahia, consultou uma empresa de perfuração de poços de petróleo, o administrador americano JOHN HOLLAND LEWIS. Queixou-se êste da dificuldade de obter mão de obra qualificada e das condições de saúde em que recruta os operários, mas afirma que com os seus 900 operários brasileiros enfrentaria de bom grado todos os trabalhos de perfuração que na sua carreira profissional tivera de realizar em diferentes Estados de sua terra. Citou mesmo exemplos frisantes.

Em Santa-Catarina, nas minas de carvão, consultou os Srs ANÍBAL ALVES BASTOS e JOHN ERWIN GOOD. Observou o trabalho feminino nas padiolas. "Trabalho de formiga em nosso mundo moderno mecanizado", diz êle. Os administradores, longe de se queixarem da mão de obra, deploram apenas o aparelhamento ainda primitivo que serve a gente tão eficiente.

No Rio-de-Janeiro, entrevistou o Sr. GRANDGÉRARD, da Otis, e o Sr. BUKOWITZ. "Por experiência pessoal, foi-lhe declarado, "sei que os brasileiros aprendem depressa e possuem extraordinária capacidade de repetir o que aprenderam". O Sr. JOUBERT disse: "Os operários brasileiros do tipo de trabalho técnico são por natureza inteligentes, mas a sua eficiência é comparativamente baixa por falta de treino industrial e de herança técnica, por falta de oportunidades educacionais, por freqüente má nutrição, falta de saúde e defeituoso sistema social. Êste técnico lembra, porém, que "medidas enérgicas" são tomadas pelo Governo brasileiro no sentido de modificar estas condições do sistema social, e que está "se difundindo a filosofia industrial americana".

As conclusões do relatório, a respeito da mão de obra brasileira, é pois muito favorável ao seu aproveitamento rápido para a industrialização.

A última parte dêste capítulo é dedicada a uma crítica dos princípios que ditam o sistema de segurança operária, seguidos pelas autoridades do Brasil; cita trechos de nossas carteiras profissionais e comenta os artigos 137 a 139 da Constituição. Julga ainda insuficiente o número de operários inscritos nos sindicatos profissionais do país. A própria instituição sindical, livre, mas sujeita ao reconhecimento do Governo, autônoma, mas submetidas suas escolhas à aprovação oficial, lhe parece um tanto restritiva no terreno das iniciativas e das responsabilidades.

Por fim, comenta os "monumentais esquemas" educacionais que já receberam um princípio de execução na Escola Técnica Nacional e no Arsenal da ilha das Cobras. Discute a necessidade de 36 mil escolas rurais e cita opiniões autorizadas de LOURENÇO FILHO e MURILLO BRAGA em relação à educação profissional.

"Quaisquer que sejam as limitações naturais, a educação brasileira está em pleno vigor experimental e dotada de saudável espírito de auto-crítica", conclui o autor.

Os capítulos V e VI. "Recursos Metálicos e Minerais do Brasil" e "Agricultura", são rápidos apanhados de nossas condições econômicas de mineração e de lavoura, destinadas a dar ao leitor americano idéias gerais sobre os assuntos. O autor começa o capítulo sobre mineração por algumas reflexões que oferecem significativo interesse "Ao considerar a cooperação entre nações, é muito freqüente esquecer a influência que pode ter a cultura de uma sobre a outra. Se queremos reforçar e estreitar os laços que, através dos tempos, unem o Brasil aos Estados Unidos para o seu mútuo proveito, é indispensável colocar em primeira linha os imponderáveis que, para cada um de nós, constituem nossa cultura", estes modos de viver populares que derivam de nossa herança, os nossos hábitos e usos presentes e todos os índices que indicam a direção dos objetivos que visamos para o indivíduo e para a comunidade. Se unirmos as mãos útilmente com o Brasil, tudo não se limitará a "berganha e comércio". Cada nação deverá receber inspiração dos padrões éticos e espirituais e dos pontos de vista da outra".

Em seguida passa em revista os nossos recursos minerais, indicando de passagem a relativa importância que oferecem para os Estados Unidos. Assim examina o manganês, o níquel, o cromo, o tungstênio, o alumínio, o grafite, a mica, o quartzo, etc. Conclui "Evidentemente, não temos a menor intenção de dizer aqui que a contribuição do Brasil na nossa empresa comum é limitada ao suprimento de matérias primas. Com cada progresso no seu desenvolvimento industrial, objetos manufaturados ou em parte manufaturados, poderão ser vantajosamente exportados não só para os Estados Unidos, como também para outras partes do mundo..."

Em matéria de agricultura, o autor compara o trabalho inicial que foi necessário para passar da colheita para a lavoura, no Brasil e nos Estados Unidos. Muitas vezes o que convém ao agricultor não é o melhor para o produto, e cita os insucessos e decepções que foram registrados na Fordlândia. A industrialização da borracha prova que o Brasil está em condições de constituir a sua própria indústria deste produto sem ter mais que esperar dos Estados Unidos as suas transformações. Alude aos possíveis estragos que os japoneses farão nas plantações da Malásia e as conseqüências vantajosas para o Brasil daí decorrentes. A Amazônia achou, no passado, uma compensação, na colheita das castanhas do Pará. Já foram feitas plantações de mais de 5 000 castanheiras, agora com quatro anos.

Em relação ao cacau, julga que seria um progresso exportá-lo sob forma de manteiga de cacau, de "tabletes", ou tortas que tomam menos espaço e se conservam mais tempo. O Brasil ainda necessita de prensas para tirar proveito de vários óleos úteis, como de babaçu e outros. Faz alusão à importação de café nos Estados Unidos, mas lembra que aos exportadores brasileiros não convém a exportação de concentrados e extratos líquidos de café que reduziriam o consumo. Também não há ainda indústrias brasileiras de fabricação de extratos e concentrados de legumes, frutas, amêndoas e produtos lácteos.

Muitas outras sugestões são apresentadas no intuito de um melhor aproveitamento dos recursos agrícolas do Brasil. A influência da agricultura tradicional ainda se faz sentir em muitos setores, dificultando esta necessária evolução da lavoura.

No VII capítulo, intitulado "Do Carro de Boi ao Planador" o autor analisa as condições presentes de nossos meios de locomoção, citando estatísticas recentes e pondo em relêvo a importância de nossos rios navegáveis. Salienta entretanto algumas deficiências como as faltas de ligações internas e a diversidade de bitolas, os combustíveis deficientes. Estuda as nossas estradas de rodagem e os veículos que nelas circulam. Nota uma falta de integração de todos os nossos sistemas de viação, mas não deixa de mencionar o plano rodoviário nacional, orientado pelo Governo Federal. Julga, em conclusão, que as mais rápidas realizações seriam, entretanto, inadequadas ao desenvolvimento industrial do país, se não fôsse o horizonte que abre ao Brasil a aviação. Discute os trens aéreos de planadores que, dentro de pouco tempo, sulcarão o país. Esta vista do futuro brasileiro é descrita pelo autor com entusiasmo confiante, quase em detalhe.

Os capítulos VIII e IX são dedicados ao "Combustível" e a "Kilowatts e mais Kilowatts". No primeiro estudo, faz o autor uma revista das necessidades do Brasil e da contribuição norte-americana. No segundo, salienta a importância de nossas forças hidráulicas "que não podem ser exageradas" diz êle no papel decisivo que lhes cabe no desenvolvimento do país.

O X capítulo é sobre "O São Francisco, rio de múltiplos propósitos", que foi revisto por JORGE ZARUR.

O XI capítulo "Manufatura" é um estudo sobre a nossa indústria fabril e as suas necessidades presentes.

Em seus últimos capítulos sobre "O saber-como-se-faz e o mostrar-como-se-faz" e "As necessidades presentes e vantagens futuras", o autor apresenta as condições em que podem auxiliar a produção nacional os conhecimentos e os técnicos dos Estados Unidos.

O livro é, em geral, de franco otimismo e de sábia crítica construtiva.

D. de C.